



CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA: UM PROJETO EM CONTÍNUA CONSTRUÇÃO

OLIVEIRA, Dileane Fagundes de¹
ALÓS, Anselmo Peres²

RESUMO: A equação mulher e literatura é um tema complexo e voltar-se a ele implica problematizar o que se entende por mulher e por literatura, já que a pluridimensionalidade da relação acomoda várias possibilidades de interpretação. Na esfera da literatura e da crítica literária, acentua-se o curso do movimento feminista desde os anos de 1960, quando a mulher é objeto de pesquisa em diferentes áreas, como a sociologia, a psicanálise e a antropologia, as quais abordavam as desigualdades culturais e políticas como denúncia da submissão do feminino a diversas formas de opressão social. O objetivo central deste trabalho é revisitar alguns dos caminhos operados pela crítica literária feminista no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: crítica literária feminista; autoria de mulheres; feminismo e literatura.

FEMINIST LITERARY CRITICISM: A PROJECT UNDER CONTINUOUS CONSTRUCTION

ABSTRACT: The equation of women and literature is a complex topic and turning to it implies problematizing what is meant by women and literature, since the pluridimensionality of the relationship accommodates several possibilities of interpretation. In the sphere of literature and literary criticism, the course of the feminist movement has been accentuated since the 1960s, when women were the object of research in different areas, such as sociology, psychoanalysis and anthropology, which address cultural inequalities and policies such as denouncing the submission of women to various forms of social

¹ Doutoranda em Letras pela UFSM e professora no Instituto Estadual Luiz Guilherme Prado Veppo. E-mail: dileanef@yahoo.com.br

² Professor Associado II na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM). E-mail: anselmoperosalos@gmail.com

oppression. The central objective of this work is to revisit some of the paths operated by feminist literary criticism in Brazil.

KEYWORDS: feminist literary criticism; authored by women; feminism and literature.

As reflexões sobre a história da literatura remetem, necessariamente, à compreensão do que se pode denominar de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, não só da definição do literário, mas dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na escrita da história. Desta forma, é necessário investigar inclusões e exclusões históricas como uma forma de dar visibilidade à ideologia subjacente às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa, gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras.

Para Rita Terezinha Schmidt, a crítica feminista inscreve no campo dos estudos literários uma questão muito relevante: o questionamento da relação saber/poder ancorada no paradigma patriarcal da cultura letrada. Ela possibilita então uma nova política, centrando seus esforços na reconstrução de subjetividades e identidades com o poder de nomear e dizer o que foi silenciado, o que poderá vir a balizar outros quadros de referenciais teóricos, de leitura e de interpretação, bem como novas compreensões institucionais do sentido e da função social da literatura, visto que o literário inscreve a potencialidade da arte que é a de interpelar, a partir do registro individual e pessoal, a experiência de uma coletividade. Mais especificamente, é “um investimento de caráter ético, com vistas à construção de um pensamento diferencial que possa deslocar o universalismo abstrato construído pelo colonialismo intelectual engendrado na perspectiva de uma história única” (SCHMIDT, 2017, p. 32).

É importante ressaltar a relevância do trabalho acadêmico que Schmidt faz em consonância com outras pesquisadoras. Assim, a autora busca gerar condições de descentrar o que sempre esteve no centro para (des)cobrir o que foi encoberto, marginalizado ou silenciado para poder vislumbrar, na diferença, novas convergências. A partir desse trabalho coletivo, foi possível pensar novas histórias do passado e outros futuros possíveis no horizonte da produção de conhecimentos, no cenário de reflexões teórico-críticas que alavancam a área interdisciplinar de estudo das relações entre mulher e literatura, com foco nos estudos de gênero. A área em questão conquistou, em meados da década de 1980, espaço e visibilidade institucional, e, hoje,

constitui um campo de produção acadêmica significativa, reconhecida no âmbito nacional e internacional.

A crítica literária feminista populariza-se no início dos anos 1960, no exterior e no Brasil, com base em publicações críticas que se destinam ao estudo específico de obras de autoria feminina. Com o representativo aumento da literatura de autoria feminina no panorama literário, torna-se relevante reavaliar e repensar as concepções literárias e até mesmo o cânone literário brasileiro, bem como lançar um olhar mais cuidadoso em relação à representação da mulher no referido contexto. Nesse sentido, a crítica feminista passa a ter um papel extremamente relevante na representação e na ampliação de seu objeto de estudo.

Fazendo-se uma retomada histórica, é possível perceber que os estudos feministas começam a se desenvolver concomitantemente às lutas pelos direitos civis, na efervescência política e cultural dos anos 1960 e 1970, reforçando, assim, a relação entre pesquisa e prática. Com relação à literatura, o feminismo propiciou o surgimento da crítica literária feminista, que investiga como a mulher é representada literariamente, com o intuito de questionar os padrões patriarcais e/ou identificar a construção de personagens femininas a partir da consciência de sua construção cultural. O caráter interdisciplinar torna possível uma leitura do texto que abarca a sua exterioridade e historicidade.

Existem três tipos de orientação na pesquisa feminista: o resgate e a reinterpretação de textos das escritoras precursoras; os estudos que buscam uma tipologia da escrita feminina, debruçando-se sobre mecanismos, técnicas e a simbologia presentes nessas narrativas; e os trabalhos sobre autoria e representação. Ao falar da crítica literária feminista, Schmidt coloca duas orientações que norteiam o estudo de representações da diferença sob dois ângulos:

(1) a afirmação da positividade da identidade “mulher” a partir de sua reconstrução pelo eixo identidade/subjetividade, o que significou dar visibilidade a um imaginário até então encoberto e silenciado; nesse imaginário, o amor, a sexualidade, o corpo, o desejo, o trabalho, a maternidade, a amizade, a memória, a história e a nacionalidade adquirem novos sentidos, traçam novas paisagens, recompondo o outro lado da história e levantando, nesse processo, a questão da relação entre linguagem, poder e resistência; (2) o confronto com a negatividade de uma subjetividade posicionada no sujeito masculino. A atenção se direciona aos pressupostos sobre a natureza feminina que alimentam representações normativas da

mulher, aos limites ficcionais e cerceamentos ideológicos (silenciamento, invisibilidade e exclusão) nos processos de construção simbólica, particularmente no quadro da tradição literária (SCHMIDT, 2017, p. 81-82).

A pesquisa revisionista emerge e articula-se a partir da constatação da ausência da autoria feminina na historiografia literária, resultando daí a necessidade de recuperar essa produção literária relegada à invisibilidade, por ser considerada deficitária ou inferior em relação ao perfil de realização de obras modelares de autoria masculina. Ela vem preencher a lacuna histórica, no sentido de dar visibilidade à autoria feminina, bem como rasurar discursos institucionais do campo literário, os quais controlam a produção de significados que necessariamente circularão também no campo social, além de reconstruir a voz da mulher e suas representações no contexto da natureza (en)gendrada da autoridade/paternidade cultural que funda o prestígio da função autoral. Ao explorar essa questão, Schmidt argumenta que:

[...] no momento em que se tem consciência da natureza [en]gendrada do cânone, o próprio estatuto do literário, construído como *status* de uma entidade metafísica, é esvaziado em um processo de desessencialização que redimensiona o fenômeno literário em termos de sua relação material com as formações sociais e históricas e com os sistemas elitistas de distribuição de poder e suas estratégias de exclusão. A revisão do discurso crítico busca deixar explícitos os critérios de valor sob os quais opera para produzir e manter certa definição de literatura que assevera a legitimidade de obras merecedoras de integrar o nosso capital simbólico – o cânone – ao mesmo tempo que garante a invisibilidade daquelas obras consideradas como destituídas de valor (SCHMIDT, 2017, p. 89).

Um dos fatores que contribui para tal situação é a incidência do pensamento moderno ocidental, com seu viés etnocêntrico e patriarcal, que apesar de lograr uma fachada crítica e reflexiva, serviu, não raro, aos interesses colonizadores, tornando-se uma justificativa para práticas de dominação e territorialização, muitas vezes em contextos violentos de repressão das diferenças, de exclusão de vozes das minorias marginalizadas, de subjugação de culturas não europeias, de desvalorização do outro (sua identidade, sua história e sua cultura), incluindo-se nesse contexto de violência epistêmica e simbólica, a deslegitimação de textos de autoria feminina. Teixeira interpreta a exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da

literatura como o resultado de práticas políticas no campo do saber que privilegiam a enunciação do sujeito dominante da cultura, isto é, o sujeito declinado no masculino. Os críticos do passado imbuídos por um preconceito de cunho patriarcal e machista colocavam-se na defensiva territorial, e para tanto, relegavam à mulher o papel mais condizente com suas capacidades mentais, ou seja, a de reprodutora da espécie. “Assim, a criação cultural da mulher sempre foi avaliada como deficitária em relação à norma de realização estética instituída, obviamente, do ponto de vista masculino” (TEIXEIRA, 2008, p. 40).

Essa atitude de rotular textos como inferiores não é despreziosa, pois se o mundo é regido pelo masculino, conseqüentemente a cultura será marcada pela dominação dos que estão às margens desse domínio. Vale mencionar que a atividade criativa da mulher era tida como resultado de seu deslocamento em relação às expectativas culturais de gênero, como, por exemplo, a sublimação do instinto e função maternal. A mulher que rompia a ordem simbólica restritiva masculina e escrevia era considerada uma mente perturbada; escrever era um capricho que deveria ser convenientemente erradicado. De acordo com Schmidt (2017), a mulher definida simbolicamente pela tradição patriarcal como *tábula rasa*, *falta*, *negação* ou *ausência*, sofreu imensuráveis conflitos inerentes à ansiedade que acompanhou a trajetória de escritora: “na gradativa apropriação de uma atividade investida com as ideias do sublime e do transcendente, ideias antitéticas em relação à crença sobre as limitações do intelecto e da sensibilidade estética feminina” (SCHMIDT, 2018, p. 59).

A experiência feminina vista como menos importante no espaço cultural e literário destinava às mulheres o papel de musas ou criaturas no cânone constituído pelos homens das letras, sendo elas excluídas do processo de criação, tendo que lutar contra as incertezas e inseguranças quanto ao lugar de escritoras. Desafiando o processo de socialização e transgredindo os padrões culturais, essas escritoras deixaram como legado uma tradição de cultura feminina, que apesar de construída dentro da cultura dominante, coloca em tensão um espaço de aproximação e deslocamento das representações configuradas pela ideologia patriarcal. É curioso observar que essa situação é alicerçada pela visão e manutenção de uma literatura canônica, pautada no elenco de obras valorizadas pelo chamado valor estético fundamentado na pretensa objetividade do julgamento masculino. Este processo de normalização da cultura é regido pelo princípio de que determinados textos têm valor por serem “literários” a partir de suas qualidades estéticas, ou seja, sua realização formal e outros são tidos como deficitários. De modo geral, o valor estético é definido dentro de certas condições sócio-

históricas e em função de referenciais teóricos e críticos, que são variáveis no contexto daquelas condições. Por conseguinte, é válido afirmar que a invocação de valor estético está a serviço de definições normativas de literatura, a qual adquiriu legitimidade e vigência no contexto de intelectuais, historiadores e críticos literários. Para Schmidt,

[...] não há objetividade sobre a questão de valor precisamente porque as discussões sobre ela sempre estiveram no terreno do político, entendido como um discurso representacional que presume agências e poderes com implicações na manutenção ou contestação do *status quo* no espectro amplo de práticas em contextos culturais e históricos específicos (SCHMIDT, 2018, p. 29).

A vigência dessa tradição consagrou definições de cânone, autoria, gênese, leitura, linguagem, interpretação e competência que moldaram currículos de ensino e histórias da literatura, sob o domínio discursivo de um único sujeito do conhecimento, declinado pelo gênero masculino. Tais pressupostos podem ser relidos à luz de configurações de poder, e é por isso que o que se questiona hoje é a natureza do político que os respalda. Dentro desse quadro, o que a crítica feminista tem feito, na seara dos estudos literários, é *politizar o que sempre foi político*; dito de outra forma, dar visibilidade à relação saber/poder cristalizada no paradigma patriarcal da cultura letrada, particularmente em termos de asserções sobre quem são os sujeitos agentes do conhecimento e quais são os objetos validados.

É necessário compreender que todo cânone é uma forma institucionalizada através da qual uma cultura específica define e determina o que vem a ser a sua literatura representativa, isto é, os textos de referência que recortaram a singularidade discursiva e representacional daquela cultura. A composição desse é tendenciosa, pois é resultado de valorações dentro de um contexto em que muitos fatores entram em jogo, como por exemplo, o gênero literário prestigiado, ou o estilo predominante em uma época:

[...] a crítica literária sempre operou a partir de uma definição do literário em torno da qual já há consenso prévio, porque forjada no quadro de obras referenciais da tradição literária, o que significa que nela se inscreve, desde já, o sentido do canônico. Assim, as obras valorizadas, as que figuram no cânone e têm, conseqüentemente, garantida sua continuidade de circulação e

recepção, são aquelas que vão ao encontro de pressupostos consensuais (SCHMIDT, 2017, p. 89-90).

Depreende-se daí que o conteúdo e a estrutura de nossas histórias literárias estão entrelaçados em uma formação discursiva dominante, cujos efeitos ideológicos sustentam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. O mais importante nessa conjuntura é não considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativa e eventos passados, mas sim procurar entender quais conhecimentos são gerados por seus constructos e a que interesses servem. Nesse sentido, é relevante salientar a importância da revisão dos fundamentos comprometidos com convicções estéticas e valores ideológicos mantenedores da invisibilidade no cânone da produção literária de autoria de mulheres, pois são responsáveis pelos quadros de referência que regulam as condições de aceitação de produções de um determinado contexto nacional, conferindo o *status* de boa literatura, e, portanto, representativa da cultura nacional.

A outra vertente dos estudos feministas centra-se na autoria e na representação. É pertinente, nesse momento, fazer algumas reflexões sobre essa perspectiva. Schmidt (2017) declara que toda representação faz parte de um código simbólico, um sistema de signos que estrutura e materializa a realidade, produzindo um regime de verdade. Para a autora, a representação é o suporte de toda a prática discursiva. Por conseguinte, acrescenta:

Estamos na representação e somos [en]gendrados por ela. É exatamente por ser a representação tão poderosa em criar realidades e moldar o sentido dessas realidades, articulando uma verdadeira gramática do sistema de uma cultura, que o controle ideológico de seus mecanismos de organização e significação sempre foi a forma mais eficaz de manutenção do poder (SCHMIDT, 2017, p. 87).

Em termos de literatura, a representação singulariza um campo estratégico em que as convenções literárias – ordenação formal dos elementos de uma obra, suas intensidades modelizadoras, suas sequências e soluções retóricas e discursivas – imbricam-se com o sentido social, isto é, com a ordem de valores transindividuais inscritos nos códigos de representação (SCHMIDT, 2017, p. 88). Por outro lado, infere-se que se as convenções impõem limitações à representação da experiência feminina: o estudo de livros de autoria feminina provoca uma desestabilização daquelas, ou seja, opera deslocamentos e abre espaço de subversão e

resistência à tradição centrada na perspectiva hegemônica. Na medida em que o legado literário das mulheres ganha visibilidade e suas continuidades começam a se somar em direção à territorialização de outra cartografia simbólica, desarticula-se a visão canônica do passado literário e instaura-se a demanda pela (re)escritura dessa história.

Com relação aos estudos contemporâneos, a crítica feminista opera um deslocamento radical de perspectiva na leitura da representação cultural e seus processos de significação ao assumir, como ponto de partida de suas premissas, a articulação da concepção normativa de cultura, com determinações históricas e políticas responsáveis pela institucionalização de códigos linguísticos, ideológicos e teóricos que construíram a autoridade epistêmica do falocentrismo. A legitimidade dessa tradição advém justamente de sua força de intervenção nas representações e discursos hegemônicos que usurparam das mulheres suas funções de significação como sujeitos da história, do saber e da produção cultural. Para Schmidt, no arcabouço dos novos contextos para o conhecimento gerados pelos avanços teóricos das últimas décadas, estão o pós-estruturalismo, as teorias pós-coloniais e a crítica feminista, que têm como ponto de partida a desconstrução da ilusão objetivista da neutralidade de toda construção do saber. Dessa forma, compreende-se que:

[...] os pressupostos holísticos de verdade e valor que têm sustentado a instituição estão sendo desestabilizados, por se entender que contribuem para promover uma visão homogeneizadora e hegemônica da cultura, visão que neutraliza as vozes da diferença para manter uma identidade cultural no singular (SCHMIDT, 2017, p. 90 literária).

Teixeira (2008) coloca a década de 1970 como o período de debate e evidência da questão em torno da alteridade. Essa estudiosa afirma que, em 1970, começa a se evidenciar o debate, hoje irreversível nos meios políticos e acadêmicos, em torno da questão da alteridade. No plano político e social, esse debate ganha notoriedade a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos, que se consolidam com novas forças políticas emergentes. Na esteira de tais estudos, evidencia-se a transformação pela qual a crítica feminista passou, juntamente com outras abordagens de crítica literária. Surge daí uma posição mais crítica das pessoas em relação à literatura, mas disso resulta, principalmente, um maior engajamento político das mulheres escritoras com questões de gênero, de raça/etnia e de classe.

Segundo Showalter, a crítica feminista voltou-se gradualmente dos estudos revisionistas para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres. Assim, a autora lança um olhar à mulher escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres, a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira individual ou coletiva, a evolução e as leis da tradição literária das mulheres. A autora nomeia esse tipo de estudo de *ginocrítica* e ressalta a importância teórica desta, que não estava sendo abordada com a devida ênfase pela crítica feminista:

[...] ver os escritos femininos como assunto principal força-nos a fazer a transição súbita para um novo ponto de vantagem conceptual e a redefinir a natureza do problema com o qual deparamos. Não é mais um dilema ideológico de reconciliar pluralismos revisionistas, mas a questão essencial da diferença. Como podemos considerar as mulheres como um grupo literário distinto? Qual a diferença nos escritos das mulheres? (SHOWALTER, 1994, p. 29-30).

Como primeira crítica acadêmica a perceber a mudança de uma crítica feminista androcêntrica para uma *ginocrítica*, Showalter cita Patrícia Meyer Spacks. Seu estudo inaugurou um novo período da história literária e da crítica literária feministas que questionavam, frequentemente, de que forma os escritos das mulheres têm sido diferentes e como a condição da mulher influenciou a expressão feminina. A mudança de perspectiva ocorreu também na crítica feminista europeia. O conceito de *écriture féminine*, isto é, a inscrição do corpo e da diferença femininos na língua e no texto, é uma formulação teórica significativa na crítica feminista francesa, apesar de ela definir mais uma possibilidade utópica do que uma prática literária. Por fim, Showalter acrescenta que tal conceito possibilita uma maneira de discutir-se os escritos femininos que reafirma o valor do feminino e identifica o projeto teórico da crítica feminista francesa como análise da diferença:

[...] a crítica feminista inglesa, essencialmente marxista, salienta a opressão; a francesa essencialmente textual, salienta a expressão. Todas, contudo, tornaram-se ginocêntricas. Todas estão lutando para encontrar uma terminologia que possa resgatar o feminino das suas associações estereotipadas com a inferioridade (SHOWALTER, 1994, p. 31).

Os estudos centrados nessa perspectiva favorecem a posição da mulher como um sujeito cognoscente que reivindica visibilidade como produtora de discursos e de saberes. Instaura, dessa forma, um recorte diferencial na leitura da historiografia, da tradição literária e dos cânones nacionais, a partir do reconhecimento da cumplicidade entre os pressupostos e critérios de valoração que sustentam o sistema literário e as relações de poder inscritas nas práticas discursivas e culturais que circulam dentro e fora do campo dos estudos literários.

Ao referir-se ao trabalho da crítica literária feminista, Schmidt é otimista ao afirmar que:

[...] nos interstícios da instituição, geramos um *locus* de enunciação que inaugurou a possibilidade de revisar a história literária, questionar a configuração dos cânones, investigar os códigos estéticos e retóricos de representação, constituídos a partir das obras tidas como modelares, reconceptualizar o próprio conceito de identidade e literatura nacional, e mesmo dilatar a própria rede conceitual e crítica que define o literário num quadro onde tem prevalecido, de uma forma ou outra, o preconceito, as hierarquias, o elitismo e o colonialismo cultural (SCHMIDT, 2018, p. 75).

Portanto, o desafio que permeia a crítica feminista é compatibilizar o teórico com o social e com a cultura, de forma que se possa considerar tanto “as práticas discursivas como determinantes – os discursos moldam o mundo –, mas também como determinadas por fatores sociais, ou seja, é preciso expandir os limites textuais para orquestrar o texto com seu contexto histórico mais amplo” (SCHMIDT, 2017, p. 85). Se a crítica se limitar apenas à significação ou aos jogos de linguagem, perde seu horizonte epistemológico e político, isto é, sua capacidade transformadora em relação à dominação, as desigualdades, ao preconceito e à violência.

O questionamento das bases ideológicas que sustentam a institucionalização do literário e sua sintonia com práticas sociais e políticas excludentes, cujos efeitos geraram a invisibilidade histórica da mulher como sujeito da produção literária, da crítica e da teoria, tem processado o que se pode qualificar como territorialização desse sujeito no espaço que tradicionalmente se construiu como privilégio de uma comunidade masculinista. Obviamente, é na ordem do comprometimento com a desconstrução de saberes hegemônicos e seus discursos de legitimação que o investimento na interpretação/significação perfaz o circuito da teoria e da práxis na configuração de dois grandes eixos de investigação: resgate e revisionismo. No espectro da historiografia literária, é visível a tendência crescente de historicizar os produtos e

os valores da cultura sob a ótica da alteridade e da diferença e sua articulação em relação aos sistemas de produção, circulação e recepção da literatura. A estratégia da crítica literária feminista constitui um movimento de resistência ao paradigma de essencialismo, da homogeneização e do universalismo que sustenta a institucionalização da literatura e que subjaz às noções vigentes de tradição e cânone literário ao discurso crítico da historiografia literária, às estratégias interpretativas e critérios de valoração herdados e legitimados na cultura patriarcal.

REFERÊNCIAS

- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.
- TEIXEIRA, Níncia Cecilia Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro: São Paulo: Círculo do Livro, 1990.